



PORTOS DA MADEIRA

2016



**PLANO DE ATIVIDADES
E
ORÇAMENTO**

ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DE 2016

Nota prévia

A 1.ª alteração ao plano de atividades e orçamento da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2016, aprovado em assembleia Geral realizada no dia 30 de dezembro de 2015 resulta da necessidade de incluir o projeto de investimento denominado “Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal”, a ser financiado através da Lei de Meios.

O Plano de Atividades e Orçamento 2016 é republicado, com as alterações introduzidas assinaladas a azul para uma consulta mais fácil.

1.	INTRODUÇÃO	1
2.	MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	2
3.	PROGRAMA DO XII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	5
4.	AÇÕES A DESENVOLVER EM 2016	7
5.	RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.	10
6.	PLANO DE INVESTIMENTOS.....	11
6.1.	PLANO DE INVESTIMENTOS 2016.....	11
6.2.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.....	14
7.	ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA	15
7.1.	PRESSUPOSTOS.....	15
7.2.	RENDIMENTOS OPERACIONAIS	17
7.3.	GASTOS OPERACIONAIS	18
7.4.	GASTOS FINANCEIROS	18
7.5.	OUTROS GASTOS	18
8.	PLANO DE FINANCIAMENTO	19
8.1.	AUTO-FINANCIAMENTO	19
8.2.	FINANCIAMENTOS.....	20
8.3.	PROJETOS COMUNITÁRIOS/CONTRATOS PROGRAMA/INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	20
8.4.	RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016.....	21
9.	INVESTIMENTOS E DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL	22
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
11.	ANEXOS.....	25
	ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL	25
	ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL.....	26
	ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL	27
	ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL	28
	ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO	29
	ANEXO VI – GASTOS	30

INDICE QUADROS

Quadro 1 – Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2016.....	11
Quadro 2 – Plano de Investimentos 2016 – Receitas próprias	13
Quadro 3 – Plano de Investimentos 2016 – Financiamento do acionista.....	13
Quadro 3A – Plano de Investimentos 2016 – Financiamento da lei de meios.....	13
Quadro 4 - Contratos de mútuo	16
Quadro 5 - Rendimentos Operacionais do Exercício.....	17
Quadro 6 - Gastos Operacionais do Exercício	18
Quadro 7 – Autofinanciamento.....	19
Quadro 8 - Mapa de Aplicações e Origens dos Fundos.....	22
Quadro 9 – Encargos Plurianuais.....	23

1. INTRODUÇÃO

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (APRAM, S.A.) tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira.

Em 2016, a empresa prosseguirá uma estratégia integrada do sector portuário na RAM, atenta a sua missão e valores, de acordo com as orientações de gestão emanadas pelo acionista e com o programa do XII Governo da Região Autónoma da Madeira.

Não obstante, a APRAM, S.A., dentro dos limites resultantes do parco orçamento aprovado, procurará rentabilizar as infraestruturas portuárias, adequando-as aos novos desafios e ao desenvolvimento sustentável nas suas vertentes ambiental, social e económica.

A inoperacionalidade do antigo Cais Norte (cais 6) e as condições restritivas operacionais de utilização do cais 8 fizeram com que houvesse 3 cancelamentos de navios, exclusivamente por motivos associados à indisponibilidade de cais, numero inferior aos cancelamentos verificados no ano anterior, quer em numero de navios, quer em número de passageiros.

Este documento, à semelhança da proposta de orçamento para 2015¹, reflete e descreve as obras necessárias à reabilitação das infraestruturas portuárias sob jurisdição da APRAM, S.A., bem como elenca as fontes de financiamento para a sua efetiva concretização².

Os custos de reparação das infraestruturas afetadas são elevados, sendo as obras necessárias e prementes, de modo a manter a operacionalidade e a prestação de serviços portuários, sob pena de, em intempérie futura, se destruírem por completo estruturas que se encontram atualmente fragilizadas e desprotegidas na sequência desse grande temporal de 10/12/2013.

¹ Ofício da APRAM, S.A. n.º 1355/2014, de 19 de setembro.

² Ofício da APRAM, S.A. n.º 1557/2015, de 18 setembro.



Em 2014 a APRAM, S.A. foi reclassificada, tendo obrigatoriamente que cumprir a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Verificou-se o pontual pagamento das faturas dentro dos prazos previstos na referida legislação, o que, aliado ao contrato de mútuo celebrado com o acionista para fazer face aos encargos com parte substancial do serviço da dívida a pagar em 2015, permitiu aliviar ligeiramente a tesouraria e libertar recursos para abater parte do passivo comercial da empresa, anterior a 31/12/2013 e celebrar alguns ARD – Acordos de Regularização de Dívida, evitando os processos de contencioso por parte de fornecedores para a cobrança coerciva de dívidas à APRAM, S.A..

Entre 2014 e 2015 a APRAM SA abateu 5,7M€ à sua dívida comercial, sendo que, atualmente, todas as dívidas anteriores a 31 de dezembro de 2013 estão pagas ou foram objeto de ARD com os credores.

Em matéria de investimentos, face aos cortes sofridos na proposta inicial de Orçamento para 2016 submetida pela APRAM, S.A. à tutela³, o investimento será reduzido e consubstancia, essencialmente algumas recuperações nas principais estruturas portuárias atingidas pelo temporal de 10/12/2013.

Pretende-se em 2016 a obtenção de um “cash-flow” de exploração positivo, mas a obtenção de resultados líquidos positivos não será possível a curto/médio prazo devido essencialmente a:

- Vocação da empresa para a prestação de serviço público e às orientações do acionista quanto à atualização do tarifário, definição de isenções/abolição de taxas, isenção de pilotagem aos comandantes dos navios que reúnam condições para tal, de modo a não penalizar os custos globais da fatura portuária;
- Elevados encargos financeiros resultantes do serviço da dívida, às amortizações do imobilizado, resultado da entrada em funcionamento das infraestruturas portuárias e de novos equipamentos e a não receção de indemnizações compensatórias com a isenção de taxas portuárias atribuídas ao concessionário da linha marítima de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo.

2. MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo presente o objeto social e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

³ Ofício da APRAM, S.A. n.º 1557/2015, de 18 setembro.



- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.
- Valores:
 - Qualidade – Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
 - Segurança – garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
 - Atitude – atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
 - Inovação – encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

Assim, a APRAM, S.A., embora consciente das dificuldades que as demais empresas atravessam, terá forçosamente que efetuar um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, sob pena de não ser viável o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso Lei, com as inerentes consequências.

A capacidade e a função comercial dos Portos da Madeira, no que respeita ao turismo de cruzeiros, deverá ser consolidada, numa perspetiva de assegurar um fluxo anual de passageiros/escalas não inferior a 570.000 passageiros/310 escalas.

As novas infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a Gare Marítima da Madeira, deverão ser maximizadas e rentabilizadas, articulando-se assim com o objetivo supra referido.

Será dado seguimento ao desenvolvimento de programas de monitorização ambiental e de segurança marítima nos portos da RAM.

Da mesma forma, será dada continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.

Pretende-se dinamizar a promoção da náutica de recreio e das atividades marítimo turísticas, estando prevista para 2016 a concessão de exploração da nova marina junto à Praça do Povo e da marina do Porto Santo.

Esta intervenção é materializada por:

- Propostas dos planos anuais, nomeadamente de obras marítimas e terrestres e de equipamento dos portos e terminais;
- Colaboração na elaboração dos planos de desenvolvimento económico-social da RAM, de médio e longo prazo;
- Propostas legislativas, nomeadamente a adaptação à RAM de legislação nacional com relevância para o sector marítimo portuário,
- Sensibilização para a implementação de políticas comerciais competitivas para o sector, no segmento de cruzeiros, objeto de concorrência;
- Propostas para o estabelecimento de parcerias transnacionais, envolvendo os governos das regiões na parte em que seja viável a complementaridade do negócio;
- Propostas de tarifários, numa ótica custo/benefício, embora a componente de serviço público tenha que ser salvaguardada, mas de modo a que não seja colocada em questão a viabilidade da empresa;
- Intervenção, direta ou indiretamente, em propostas de legislação nacional relacionada com a atividade portuária ou com o desenvolvimento da RAM.



3. PROGRAMA DO XII GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Os transportes e a mobilidade assumem papel de destaque na política do XII Governo da Região Autónoma da Madeira. Enquanto território insular e ultraperiférico, a Região depara-se com condicionalismos de vária ordem. A dependência estrutural da sua economia face ao exterior, tanto em termos do seu abastecimento, como no escoamento das exportações, a elevada componente turística da economia regional, na qual o turismo de cruzeiros assume papel de destacado relevo e as necessidades de deslocação da população residente, tornam vital a eficiência de toda a cadeia logística e de transportes, incluindo os marítimos, através dos quais são movimentadas cerca de 90% das mercadorias importadas.

Relativamente às acessibilidades marítimas, a Região realizou investimentos significativos em infraestruturas portuárias, com capacidade adequada às necessidades atuais, mas é fundamental otimizar e racionalizar a sua operação, sem menosprezar a monitorização das condições de operacionalidade, sobretudo nas bacias navegáveis nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo.

O Plano Integrado e Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira, 2014-2020 – PIETRAM, que será um documento orientador da ação do Governo Regional e um instrumento de articulação com outras entidades com intervenção no sector dos transportes (aéreos, marítimos e terrestres) terá naturalmente implicações estratégicas sobre a política marítimo portuária na RAM.

Estão consagrados no Programa do XII Governo prioridades com implicações diretas sobre a APRAM, S.A., de que se destacam:

1. Melhoria das acessibilidades externas, aéreas e marítimas, para passageiros e carga, de modo a promover a maior competitividade da Região;
2. Melhoria das acessibilidades e da mobilidade de pessoas e bens entre as ilhas da Madeira e do Porto Santo, com maior comodidade e menores custos;
3. Melhoria da eficiência e a racionalidade da utilização e valorização das infraestruturas portuárias da Madeira e do Porto Santo.

Como principais medidas a implementar nos transportes marítimos destacam-se as seguintes:

- Reabilitar e melhorar a eficiência dos equipamentos portuários, de modo a dotar a Região de um serviço marítimo portuário competitivo que se assuma como motor de desenvolvimento e de atração ao mercado internacional;
- Desenvolver um plano para a reestruturação do sector portuário e consequentemente da APRAM, S.A., visando a otimização e rentabilização dos portos da RAM, assegurando os níveis de serviço adequados e racionalizados, e ainda tomar medidas estruturantes para a viabilidade da APRAM, S.A.;
- Promover e incentivar o transporte marítimo de passageiros entre a Região e o continente português, analisando a possibilidade de combinar o transporte de passageiros com carga agregada;
- Valorizar e rentabilizar as novas infraestruturas criadas e potenciadoras do turismo de cruzeiros, nomeadamente a nova Gare Marítima da Madeira;
- Fomentar a promoção dos portos da RAM no que respeita ao turismo de cruzeiros, apostando na captação de mais escalas para a ilha do Porto Santo;
- Continuar e reforçar os programas de monitorização ambiental e de segurança marítima, dando igualmente continuidade ao desenvolvimento de modelos de gestão integrada de todo o sector.
- Promover a articulação do PIETRAM com as estratégias locais de mobilidade e transportes;
- Catalisar a cooperação e a inovação na área da mobilidade e transportes, participando em redes nacionais e internacionais e promovendo projetos de cooperação regionais e inter-regionais nos domínios da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação, na área da mobilidade e transportes.

A nível da promoção, e como orientações estratégicas, o Governo Regional define no seu Programa:

- Concentrar a promoção numa única entidade;
- Apostar na maior articulação e envolvimento de todos os parceiros, públicos e privados;
- Atender aos ganhos e à eficiência que resulta do potencial gerado pelos cruzeiros, numa ótica de captação deste mercado para a oferta tradicional;

Medidas a implementar:

- Apostar numa divulgação do destino mais focada e direcionada ao cliente final;
- Concentrar toda a promoção institucional e *co-branded* num único organismo - a Associação de Promoção da Madeira (APM);
- Atingir, simultaneamente vários públicos-alvo de modo a diversificar o perfil do turista que nos visita ao longo do ano, assegurando o esbatimento da curva da sazonalidade, que, no caso do mercado de cruzeiros, tende a acentuar-se no período de verão;

A qualificação do destino também passa pelos seus portos. Nesta medida, o destino Madeira é considerado pelo *trade* internacional um destino de qualidade, com infraestruturas e serviços ímpares, altamente elogiados e valorizados, de que resulta uma elevada taxa de fidelização dos seus visitantes, nos quais se incluem os cruzeiristas.

Destacam-se como principais orientações estratégicas:

- Integrar e potenciar a oferta ao nível dos serviços de transportes marítimos, os portos e marinas, as atividades marítimo-turísticas e de náutica de recreio, de modo a reforçar e enriquecer a oferta turística, resultando na criação de produtos turísticos de interesse e de qualidade para o destino;
- Criar condições para o acompanhamento atempado dos dados referentes ao sector do Turismo, associado a uma análise profunda das tendências mundiais no mercado de cruzeiros, considerando os indicadores da WTO e o posicionamento do porto do Funchal a nível mundial.

4. AÇÕES A DESENVOLVER EM 2016

A APRAM, S. A. dará continuidade a algumas ações já iniciadas em anos anteriores e procederá ao lançamento de outras, indo de encontro à prossecução dos objetivos estratégicos referidos no número anterior.

Assim, será dado cumprimento ao estipulado no ORAM 2016, sendo implementadas as medidas preconizadas nos referidos documentos e na parte aplicável ao Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira e às Empresas Reclassificadas.

No cumprimento dos objetivos estabelecidos, assume relevância:

- Inventariação de todo o património, de forma a promover a sua rentabilização, através da alienação, arrendamento ou utilização, eventualmente para a instalação de serviços públicos;



- Melhoria das condições de atratividade da área de jurisdição do Porto do Caniçal, de modo a rentabilizar os espaços vazios,
- Alteração do modelo de licenciamento da operação portuária face ao investimento efetuado na infraestrutura portuária;
- Rentabilização do espaço portuário ocupado pelo estaleiro naval do Caniçal;
- Rentabilização das infraestruturas existentes, designadamente Zona de Apoio Logístico (ZAL) do Porto Novo;
- Rentabilização da Gare Marítima da Madeira e espaços comerciais adjacentes;
- Proposta de indemnizações compensatórias à APRAM, S.A. pelo serviço público prestado de apoio ao contrato de concessão da linha regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo;
- Análise da eventual transferência da administração e gestão dos pequenos portos para as autarquias locais ou para o departamento governamental com responsabilidades na gestão da orla costeira;
- Criação de sinergias através da interação com o turismo náutico, turismo ligado à natureza e ao bem-estar.

A nível dos recursos humanos, para o ano de 2016, e devido à contenção de gastos, prevê-se:

- Adaptação à RAM do acordo coletivo de trabalho celebrado entre as administrações portuárias do continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias;
- Continuidade de um plano de RH para a substituição das saídas, baseado no aproveitamento interno dos recursos, nos casos em que tal situação seja possível, recorrendo à contratação externa ou externalização de serviços quando tal não se revele possível. Tratando-se da eventual saída de técnicos altamente qualificados, torna-se imprescindível a sua substituição direta e imediata;
- Formação para a renovação da certificação das tripulações e da segurança;
- Continuação da monitorização em termos de higiene, segurança e saúde no trabalho para os colaboradores da empresa, materializada através dos exames médicos periódicos, sensibilização e controlo da alcoolemia e análise às condições ergonómicas dos postos de trabalho;

- Racionalização dos métodos de organização do trabalho, conciliando os interesses, em termos de funcionamento dos portos com os da restante comunidade portuária, com otimização dos custos do trabalho extra;
- Eventuais acordos de cedência de pessoal do porto de Porto Santo e do porto do Caniçal consoante o regime que vier a ser adotado para aquelas infraestruturas portuárias;
- Nas situações possíveis, conciliação da vida pessoal do trabalhador com a vida profissional, através da adaptação dos horários de trabalho;
- Aplicação das regras que vierem a ser aprovadas para o pessoal do setor marítimo portuário;
- Incentivo ao auto desenvolvimento pessoal através da formação académica, com a facilitação, nomeadamente nos horários de trabalho praticados, sempre que possível.

Como autoridade portuária, a APRAM, S.A. é responsável pela eficiência da comunidade portuária, promovendo a comunicação e o interface com os diferentes *stakeholders* do setor, estando previstas as seguintes ações:

- Otimização da gestão das atividades da comunidade portuária e da eficácia do desempenho das funções de autoridade reguladora e fiscalizadora;
- Melhoria na promoção da eficiência na utilização de recursos e a agilização dos procedimentos e dos fluxos de informação associados à prestação de serviços para simplificar e harmonizar procedimentos entre todos os agentes económicos e autoridades (marítimas, sanitárias, veterinárias e policiais, entre outras), através da JUP - Janela Única Portuária e das redes AIS (*Automatic Information System*);
- Aprimorar e potenciar as características do novo sistema informático implementado aquando da reclassificação da empresa de modo a que, além de responder às necessidades e exigências legais de reportes da contabilidade orçamental/patrimonial possa ser uma verdadeira ferramenta de apoio à gestão;
- Otimização do sistema de incentivos para promoção de escalas de navios de cruzeiro e embarcações de recreio no Porto do Porto Santo;
- Dinamização do mercado de cruzeiros e captação de novas rotas e escalas para o porto do Funchal, em especial no período de verão e para o combate à sazonalidade, tarefa

assaz difícil uma vez que a maioria dos navios de cruzeiros estão, nessa época do ano, posicionados no mediterrâneo e no báltico;

- Até à perfeita definição por parte da tutela do modo como se processará a articulação com a AP Madeira tendente à centralização nesta entidade da promoção do turismo da RAM, a APRAM, SA continuará a assegurar a participação em feiras e eventos internacionais, nomeadamente a Seatrade Miami e Seatrade Europe e publicidade em revistas da especialidade nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento da parceria com os portos de Canárias e outras regiões da Macaronésia, nomeadamente no fomento da atividade de cruzeiros e no projeto CruisAtlantic;
- Desenvolvimento da parceria com os portos portugueses no fomento da atividade de cruzeiros e na criação da marca Cruise Portugal;
- Desenvolvimento de parcerias, com o objetivo de estabelecer relações *win-win*, destacando-se a cooperação com os portos do Continente, nomeadamente com o Portos de Lisboa, Douro e Leixões e Portimão.

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A., enquanto parte integrante da administração pública regional tem por objeto a prestação de serviços, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas próprias derivadas da sua atividade.

Com a reclassificação, a APRAM, S.A. passou a ser tratada como serviço e fundo autónomo. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, sujeitando a empresa a adaptar-se a novos procedimentos de natureza administrativa/contabilística:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;

- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas⁴.

O orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2016, elaborado na ótica da contabilidade pública apresentou um valor global de 42.564.382€.

Com a alteração ora proposta, o Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2016 apresenta um orçamento de 43,314 M€.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) é a expressa no quadro infra:

Quadro 1 – Orçamento da APRAM, S.A. para o ano económico de 2016

Un.: Euros

Designação	Orçamento	
	Inicial	Alteração
Receitas correntes	10.656.778	10.656.778
Receitas de capital	31.907.604	32.657.604
Total das receitas	42.564.382	43.314.382
Despesas correntes	17.844.268	17.844.268
Despesas de capital	24.720.114	25.470.114
Total das despesas	42.564.382	43.314.382

Fonte: APRAM, S.A.

6. PLANO DE INVESTIMENTOS

6.1. PLANO DE INVESTIMENTOS 2016

A APRAM, S.A. modernizou as suas infraestruturas portuárias e apetrechou-as com os mais modernos meios de apoio às operações marítimas e portuárias.

No entanto, e como já referido, os temporais de dezembro de 2010 e de dezembro de 2013 provocaram enormes estragos. Para a sua reparação e ou substituição são necessários

⁴ A exceção é a conta aberta no Barclays Bank, única e exclusivamente para pagamento do acordo de regularização de dívida contraída junto desta instituição bancária e da qual foi dado conhecimento à SRF.



investimentos de modo a serem repostas as condições de operacionalidade e segurança de pessoas e bens.

Acresce, ainda, que os portos estão sujeitos a fatores adversos, resultantes das forças da natureza, designadamente das condições meteorológicas e das correntes marítimas, pelo que existe uma contínua necessidade de realização de obras de conservação, manutenção e monitorização.

Neste particular, existe a necessidade premente de desenvolver estudos topo hidrográficos, considerando as componentes hidro dinâmicas necessariamente alteradas e condicionadas pelas mais recentes intervenções na área portuária.

Exemplificam-se a necessidade de estudos (em modelo reduzido e em modelo matemático) sobre a dinâmica dos fundos e das correntes existentes na bacia navegável do Porto do Funchal, em especial os impactos advindos do desaguar das ribeiras de S. João, João Gomes e de Santa Luzia e da construção de infraestruturas que modificaram a hidrografia e a orografia da bacia do porto do Funchal.

Paralelamente, além de estragos diretamente resultantes do 10/12/2013, existem na Gare Marítima da Madeira diversos problemas de natureza estrutural, potencialmente alheios ao processo de construção⁵ e não necessariamente abrangidos por garantia de obra, que podem estar associados ao facto do edifício estar implantado sobre uma estrutura (molhe da pontinha) que sofre oscilações e deformações estruturais. Nessa medida, verificam-se desalinhamentos no passadiço que provocaram, entre outros problemas, queda e quebra de vidros, empenos em portas ao longo de toda a Gare, bem como dificuldades no uso do sistema de alimentação elétrica das mangas. Por conseguinte terão que ser encontradas soluções técnicas compatíveis com a realidade do local de implantação, mitigando ou anulando os efeitos dessas oscilações do "terreno" onde assenta a gare marítima, soluções essas que têm custos ainda não totalmente estimados.

Contudo, face aos constrangimentos financeiros da RAM e ao volume de investimento previstos para a APRAM, S.A. constantes da proposta de orçamento da RAM para o ano de 2016, sancionado pela tutela e pela Secretaria Regional das Finanças e da Administração

⁵ A APRAM, S.A. e o empreiteiro responsável pela construção da Gare Marítima acordaram na realização de uma peritagem independente com vista a determinar com rigor se os problemas descritos se devem a defeitos no processo construtivo, defeitos de conceção ou projeto ou se, ao invés, estão associados à natureza do "terreno" onde a Gare foi implantada.



Pública, estamos em crer que não será ainda possível efetuar a totalidade das reparações dos danos do temporal de 10/12/2013.

Para 2016 prevemos um investimento global no montante de 3.525.826 €.

Os investimentos serão financiados por receitas próprias (29%) e através de contrato programa (71%), a celebrar com o acionista, e estão elencados nos quadros 2, 3 e 3A.

Os investimentos sofrem uma alteração com o projeto de *Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal*, sendo de realçar que este é um projeto plurianual, desenvolvendo-se nos anos de 2016 a 2018, com um valor previsto de 7,5M€.

Quadro 2 – Plano de Investimentos 2016 – Receitas próprias

Un: Euros

PROJETO	Montante
Modernização e upgrade do hardware	15.000
Modernização do software - Governo eletrónico e AIS	25.000
Modernização dos equipamento administrativos	2.500
Meios de suporte básico para a assistência técnica às embarcações	5.000
Modernização da ferramentaria marítimo portuária	5.000
Reabilitação da bacia navegável do porto do Funchal	973.326
TOTAL	1.025.826

Fonte: APRAM, S.A.

Quadro 3 – Plano de Investimentos 2016 – Financiamento do acionista

Un: Euros

PROJETO	Montante
Reparação do Porto do Porto Santo	100.000
Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal	1.000.000
Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no porto do Funchal	200.000
Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no porto do Caniçal	200.000



PROJETO	Montante
Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no terminal de inertes do Porto Novo	100.000
Reparação de danos causados pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, no cais de Machico	150.000
TOTAL DO INVESTIMENTO	1.750.000

Fonte: APRAM, S.A.

Quadro 3A – Plano de Investimentos 2016 – Financiamento da lei de meios

Un: Euros

PROJETO	Montante
Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal	750.000
TOTAL DO INVESTIMENTO	750.000

Fonte: APRAM, S.A.

6.2. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Para além dos investimentos elencados nos quadros 2, 3 e 3A, numa ótica de investimentos a curto/médio prazo, aguardamos as orientações estratégicas para o setor.

A calendarização e a assunção dos encargos com os investimentos dependerá de vários fatores, a definir pelo acionista, nomeadamente:

- Fontes de financiamento (tratando-se de reparação e manutenção de obras já existentes, face ao atual enquadramento de acesso à comparticipação comunitária, as candidaturas não são possíveis);
- Eventual passagem da gestão e administração dos pequenos portos para as autarquias locais ou outro organismo do Governo Regional;
- Urgência e criticidade da reparação do terraplano do Caniçal e Porto Santo. Se é verdade que foram aprovadas verbas no orçamento de 2016 para realizar obras em ambas as infraestruturas, não poderemos deixar de enfatizar que os valores aprovados são substancialmente inferiores ao da proposta inicial apresentada à tutela, pelo que nem todas as intervenções necessárias serão concretizadas em 2016, mau grado a sua



premência. O avançado estado de degradação poderá colocar em causa a segurança de pessoas e bens que diariamente utilizam aquela infraestrutura e, no caso do terraplano do Caniçal, afetar a normal movimentação de cargas no terminal, com reflexos diretos nos tempos de movimentação das mercadorias e eficiência da operação de carga/descarga. De salientar que com a atual situação (licenciamento da operação portuária) os custos de manutenção do terraplano são da APRAM, S.A., não havendo qualquer contrapartida financeira por parte do operador portuário.

Reforçamos e enfatizamos que sem a dotação de instrumentos financeiros adequados para o financiamento dos investimentos, a sua concretização não será viável apenas com receitas próprias da APRAM, S.A..

7. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

7.1. PRESSUPOSTOS

Fortemente influenciada pelas circunstâncias externas, nomeadamente as condicionantes políticas e macro económicas, a volatilidade dos mercados geradores de turismo de cruzeiro e a importância vital do sector marítimo na economia regional, a economia da RAM confronta-se com um conjunto de desafios relacionados com a degradação do acesso ao financiamento resultante da crise dos mercados financeiros.

A APRAM, S.A. foi apanhada por esta conjuntura desfavorável e acabou por ser integrada no perímetro da administração pública regional direta, em virtude da sua incapacidade para fazer face aos compromissos decorrentes dos elevados empréstimos contraídos ao longo da última década, para colmatar a realização de investimentos (reprodutivos e não reprodutivos, sendo integrados nestes os pequenos cais), sem as devidas contrapartidas financeiras por parte do acionista.

Assim, para 2016, prevê-se que o Governo Regional dote a APRAM, S.A. das fontes de financiamento para:

- Cobertura dos encargos com o serviço da dívida (juros e amortização de capital), decorrente dos investimentos realizados em cumprimento das orientações do acionista;
- Encargos referentes aos investimentos na parte não co-financiada por programas comunitários (POVT, Fundo Coesão, Lei de Meios);



Prevê-se como fontes de financiamento para a concretização dos investimentos e para o pagamento do serviço da dívida a celebração de contratos programa e/ou contratos de mútuo com o acionista único, o Governo Regional.

Enquadram-se, ainda neste cenário, indemnizações compensatórias para a ligação de serviço público de transporte regular de passageiros e mercadorias entre a Madeira e o Porto Santo, que está, nos termos do contrato de concessão, isenta de todas as taxas portuárias, do mesmo modo que se encontram isentas de cobrança as áreas dominiais afetas ao manuseamento e armazenagem da carga transportada entre as duas ilhas. De igual forma, na sequência da Resolução n.º 1565/96, estão isentos do pagamento de taxas portuárias os navios de transporte de mercadorias que transportem gás e produtos similares para o Porto Santo. Estas taxas representariam, caso fossem cobradas, um valor aproximado de 1.780.000,00 euros anuais.

Ainda neste campo, fruto da entrada em vigor da Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que alterou o artigo 18.º do Regulamento de Tarifas da APRAM, S.A., ficaram isentas do pagamento de TUP carga todas as exportações efetuadas com origem em portos da RAM, exceção feita aos contentores vazios. Contudo, mesmo em relação aos contentores vazios, pode o Governo Regional optar por abolir igualmente no decurso do ano de 2016 a TUP carga ainda aplicada. Caso tal venha a ocorrer tal medida, terá um impacto negativo nas previsões de receitas da empresa.

Em ambos os casos, estamos perante perda de receita, imprescindíveis para a viabilização económica da empresa.

O endividamento da APRAM, S.A., empresa integrada no SERAM, implica uma fatura anual de encargos financeiros que, em 2016, rondará os 29 M€, ou seja o pior ano em termos de serviço da dívida até à sua amortização final.

Nos anos anteriores, entre 2013 e 2015, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista para fazer face aos encargos com parte substancial do serviço da dívida paga nos anos em referência, e cujos montantes estão indicados no mapa seguinte:

Quadro 4 - Contratos de mútuo

DATA DO CONTRATO	DESCRIÇÃO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	VALOR UTILIZADO	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO	DATA DE REEMBOLSO *
22-08-2013	Amortizações de capital de operações financeiras	5.400.000,00 €	5.385.006,56 €	31-12-2013	22-08-2014



DATA DO CONTRATO	DESCRIÇÃO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	VALOR UTILIZADO	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO	DATA DE REEMBOLSO *
09-01-2014	Amortizações de capital de operações financeiras	11.453.962,00 €	12.115.987,70 €	31-12-2014	30-06-2015
02-12-2014	Aditamento ao contrato mútuo - Amortizações de capital	680.500,00 €			
09-01-2015	Amortizações de capital de operações financeiras	16.912.738,00 €	16.912.738,00 €	31-12-2015	30-06-2016
TOTAL		34.447.200,00 €	34.413.732,26 €		

* Note-se que os contratos vencidos não foram pagos por indisponibilidade financeira da APRAM, S.A..

7.2. RENDIMENTOS OPERACIONAIS

As projeções das prestações de serviços para o ano 2016, tiveram por pressuposto uma ligeira inversão na estagnação do consumo público e privado e ainda os efeitos nefastos da Portaria n.º 141/2014, que aboliu a TUP carga na exportação.

Tendo por base todos os pressupostos apresentados, estimam-se rendimentos operacionais para o ano de 2016 no montante global de 11.628.020 €, conforme vem resumido no quadro abaixo e melhor discriminado no Anexo V.

Quadro 5 - Rendimentos Operacionais do Exercício

Un: Euros

DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2015	ORÇAMENTO 2016	VAR. (%)
Venda de Mercadorias			
TUP - Navio	810.313	1.274.054	36,40%
DESCRIÇÃO	ORÇAMENTO 2015	ORÇAMENTO 2016	VAR. (%)
TUP - Carga	967.614	1.179.895	17,99%
Tráfego de Passageiros	1.087.412	1.331.664	18,34%
TUP Contentores	2.622.539	3.211.609	18,34%
Outros Serviços a Navios	2.626.718	3.216.726	18,34%
Outros Serviços à Carga	114.299	139.974	18,34%
Concessões e Rendas	1.400.492	1.254.098	- 11,67%
Subsídios à Exploração	31.353	20.000	- 56,77%
TOTAL	9.660.740	11.628.020	16,92%

Fonte: APRAM, S.A.

7.3. GASTOS OPERACIONAIS

Para o ano de 2016 foram orçados gastos operacionais no montante global de 23.833.644 €, conforme discriminado no quadro seguinte. Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um acréscimo global, de 3,24%. Reforça-se contudo que este valor acomoda já as reparações que serão necessárias efetuar ao longo do ano para repor as condições de operacionalidade plena das estruturas portuárias afetadas pelo temporal de 10 de dezembro de 2013, em particular a Gare Marítima.

No Anexo VI, apresenta-se detalhadamente todos os gastos orçados.

Quadro 6 - Gastos Operacionais do Exercício

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	2015	2016	VAR (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	2.293.156	3.200.669	39,57%
Gastos com o pessoal	7.197.069	6.919.411	- 3,86%
Amortizações do exercício	13.364.643	13.703.564	2,54%
Outros gastos operacionais	230.000	10.000	- 95,65%
GASTOS OPERACIONAIS TOTAIS	23.084.868	23.833.644	3,24%

Fonte: APRAM, S.A.

7.4. GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros previstos para o ano 2016, no valor de 29 M€, destinam-se, essencialmente, ao pagamento com os encargos financeiros e respetivas amortizações do capital, decorrentes de empréstimos bancários de médio e longo prazo, contraídos para o financiamento dos investimentos em imobilizados corpóreos e ao pagamento das últimas prestações do acordo de reconhecimento e regularização da dívida da APRAM, S.A. junto do Barclays Bank Plc.

7.5. OUTROS GASTOS

Na rubrica “trabalhos especializados” está contemplado um valor de 200.000 €, para fazer face a honorários e custas judiciais, decorrentes de processos que estão a decorrer nos tribunais, nomeadamente do Estaleiro Naval do Caniçal, Naviera Armas e Associação de Armadores da Marinha Mercante e do processo de execução e impugnação da sentença proferida pelo tribunal arbitral no litígio que opõe a APRAM, S.A. à CLCM.



8. PLANO DE FINANCIAMENTO

A atividade desenvolvida pela empresa gera recursos financeiros suficientes para suportar os gastos correntes. A transferência da sede da APRAM, S.A. para a Gare Marítima da Madeira em 2010 e a entrada em funcionamento das áreas de receção e embarque dos passageiros, têm vindo a provocar um aumento dos custos de funcionamento, pelo que os gastos são tendencialmente maiores. A agravar esta situação, temos verificado algumas dificuldades consideráveis na cobrança de receita, e que se exemplificam:

- O processo da cobrança da licença de ocupação de espaço pela CLCM no porto do Caniçal, que corre os seus termos desde 2005, já com decisão arbitral favorável à APRAM, S.A. mas que, face à insistência da CLCM em não efetuar o pagamento voluntário, está pendente de decisão judicial de execução da referida sentença arbitral/cobrança coerciva pela via da execução fiscal, sendo que a dívida ascendia, em novembro de 2015, a 2 681 760,22€;
- Processos de cobrança coerciva em execução fiscal, cujo montante ascende a 3.852.811,20€⁶ e com fraca taxa de sucesso na recuperação dos créditos, face à débil situação dessas empresas.

8.1. AUTO-FINANCIAMENTO

A cobertura do investimento por auto financiamento apresenta-se negativa, em virtude das amortizações não serem suficientes para esbater os resultados líquidos negativos, facto este que não gera fundos libertos para fazer face ao valor do investimento proposto.

Quadro 7 – Autofinanciamento

Un.: Euros

DESCRIÇÃO	VALOR
Amortizações do exercício	13.703.564
Provisões do exercício	0
TOTAL	13.703.564
Resultado líquido do exercício	- 15.907.528
Amortizações	13.703.564
Provisões (variação)	0

⁶ Este valor inclui a dívida da CLCM, referida no parágrafo anterior.




1 - Fundos libertos	- 2.203.964
2 - Amortizações dos financiamentos	21.944.288
3 – Investimento	3.525.826
COBERTURA DO INVESTIMENTO POR AUTO FINANCIAMENTO (1-2) / (3)	- 684.90%

Fonte: APRAM, S.A.

8.2. FINANCIAMENTOS

Perspetiva-se:

- A renovação dos contratos de mútuo celebrados em 2013, 2014 e 2015, pelo prazo de um ano, e que não existe possibilidade de proceder à amortização no prazo de maturidade previamente estipulado, face aos argumentos atrás referidos;
- Celebração de contrato de mútuo para fazer face ao serviço da dívida em 2016.

8.3. PROJETOS COMUNITÁRIOS/CONTRATOS PROGRAMA/INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Relativamente a projetos comunitários, após um ano de 2015 em que a APRAM foi beneficiária de um volume significativo de financiamentos comunitários, no ano de 2016 apenas estão em curso três projetos com financiados, mas de pequena expressão do ponto de vista financeiro. Falamos dos projetos Costa CO2&Ship Transport, GAINN - LNG Green CID e LSW - Logistical Single Window. Os dois primeiros são projetos na área das energias limpas (gás natural liquefeito) e o último prende-se com o desenvolvimento de uma ferramenta informática comum a todas as administrações portuárias que configure uma evolução da atual JUP, congregando a desmaterialização de toda a cadeia logística.

Paralelamente poderão ainda ao longo do ano surgir possibilidades de candidatura a financiamento comunitário no quadro do horizonte 14-20, possibilidades essas que serão avaliadas oportunamente.

Já no que concerne a contratos programa, está prevista a celebração de seis contratos, contratos esses que se destinam a fazer face aos investimentos mencionados no quadro 3.

A alteração relativamente ao projeto *Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal*, será financiada através da Lei de Meios, pelo que será celebrado o correspondente contrato programa para o financiamentos inerente à sua materialização. Deste modo, está prevista a celebração de sete contratos programa,

contratos esses que se destinam a fazer face aos investimentos mencionados no quadro 3 e 3-A.

No orçamento para 2016 não estão quantificadas indemnizações compensatórias. Refira-se que a empresa nunca recebeu qualquer montante desta natureza e, se esse recebimento se vier a verificar, será objeto de alteração orçamental em conformidade.

8.4. RISCOS ORÇAMENTAIS/CUMPRIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2016

A APRAM, S.A. apresenta como principais riscos orçamentais, com reflexos na arrecadação e cobrança de receitas e no cumprimento das responsabilidades de capital e juros nas operações de financiamento contratadas, os seguintes:

- Diminuição das expetativas (atualmente positivas) relativas ao desempenho da atividade económica, o que se traduziria num risco potencial diminuição de navios que atracam os portos e na movimentação de passageiros e mercadorias;
- Riscos associados a condições meteorológicas adversas seja na RAM seja na área de influência da rota atlântica, potencialmente geradora de cancelamentos de reservas de navios de cruzeiro, ou ainda a alguma volatilidade do mercado, que pode potencialmente desviar navios para outras zonas do globo onde surja maior procura e apetência pelo turismo de cruzeiros;
- Desistência de alguns concessionários de espaços que ocupavam em área dominial sob jurisdição da APRAM, S.A.;
- Dependência do negócio de um grande grupo económico na parte da movimentação de mercadorias;
- Acionamento da cláusula de *cross default* dos empréstimos, na quase totalidade com o aval da RAM.

O Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2016 só é exequível com a cobrança efetiva das receitas, do recebimento das tranches previstas nos contratos de mútuo e dos montantes dos contratos programa a celebrar com o Governo Regional da Madeira, pelo que as principais fontes de financiamento, são as expressas no ponto seguinte (Quadro 8 – Mapa de aplicações e origens dos investimentos).

MAPA DE APLICAÇÕES E ORIGENS DOS FUNDOS

Quadro 8 - Mapa de Aplicações e Origens dos Fundos

Un.: Euros

	DESCRIÇÃO	ANO 2016
APLICAÇÕES DE FUNDOS		
1	Investimentos em capital fixo	
	Terrenos	
	Edifícios e instalações	3.473.326
	Equipamentos	2.500
	Móveis, utensílios e viaturas	10.000
2	Outros investimentos	
	Estudos, projectos , fiscalização	
	Formação de pessoal, investigação	
	Outros gastos de investimento	40.000
3	Reembolsos de capital	
	De empréstimos	21.944.288
	De suprimentos	
	Reduções de capital social	
4	Aumento dos fundos circulantes	6.161.664
5	TOTAL DE APLICAÇÕES	31.631.778
ORIGENS DE FUNDOS		
7	Capital social	
	Realização inicial	
	Aumentos	
8	Créditos obtidos de terceiros e sócios	
	Créditos correntes de fornecedores	
	Empréstimos (Mútuo)	29.111.778
	Suprimentos	
	Contratos Programa com a RAM / PIDDAR / Lei de Meios	2.500.000
	Subsídios ao Investimento - Fundos Comunitários	
	Outros créditos	20.000
10	Diminuição dos fundos circulantes	
11	TOTAL DE ORIGENS	31.631.778

Fonte: APRAM, S.A.

9. INVESTIMENTOS E DESPESAS DE CARÁTER PLURIANUAL

No ponto 6. Plano de Investimentos, o único com carácter plurianual será o “Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal”.

Para além dos investimentos mencionados e pela importância que se revestem apontam-se como principais gastos com reflexos em vários anos económicos (a inscrever no SIGO RAM como encargos plurianuais) os seguintes:



Quadro 9 – Encargos Plurianuais

Aquisição de bens e serviços
Limpeza das instalações
Vigilância e segurança
Certificação da frota marítima
Contratualização de seguros nos diferentes ramos
Encargos com o serviço da dívida
ARD (Acordos de Regularização de Dívida) celebrados nos termos da LCPA

Fonte: APRAM, S.A.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linha orientadora deste orçamento foi o cumprimento das disposições normativas/regulamentares e procedimentais associadas à reclassificação da APRAM, S.A. e à sua inclusão no perímetro da administração pública como empresa reclassificada.

Por outro lado foram tidas presentes as orientações de gestão emanadas pelo acionista único, representado pela Secretária Regional da Economia, Turismo e Cultura, nomeadamente nos valores a inscrever no orçamento de 2016.

Imperará a salvaguarda do normal funcionamento da empresa, visando o cumprimento da sua missão, de forma sustentável, atenta à responsabilidade económica, social e ambiental que lhe está implícita.

O Conselho de Administração procurará cumprir o plano de atividades a que se propõe, promovendo uma política de contenção de custos, conseguida através de um rigoroso controlo da execução orçamental, nomeadamente dos princípios que regem a elaboração e alteração do orçamento em termos de contabilidade pública e da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso.

Proposta de Plano de Atividades e Orçamento de Exploração e de Investimentos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. para o ano de 2016.




APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., 7 de março de 2016.

Os membros do Conselho de Administração:

A Presidente,

O Vogal,

A Vogal,



(Alexandra Cristina Ferreira Mendonça)



(Marcos Teixeira de Jesus)



(Fátima Carvalho Correia)

11. ANEXOS

ANEXO I – BALANÇO ATIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		329.918.206	316.951.522
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		8.533	24.197
Ativos biológicos			
Participações financeiras - met. equiv. patr.			
Participações financeiras - outros métodos			
Acionistas/sócios			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos financeiros			
Sub-total		329.926.739	316.975.719
Ativo corrente			
Inventários		53.021	10.000
Ativos biológicos			
Clientes		5.611.227	4.890.630
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		95.400	105.450
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber			9.719.690
Diferimentos		130.000	293.382
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		67.136	42.136
Sub-total		5.956.784	15.061.288
Total do Ativo		335.883.523	332.037.007

ANEXO II – BALANÇO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		24.715.775	24.715.775
Ações próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		3.458.449	3.458.449
Resultados transitados		- 164.561.477	- 194.187.181
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização		180.293.492	180.293.492
Outras variações no capital próprio		84.993.546	90.394.265
Resultado líquido do período		- 22.563.091	- 15.907.528
		106.336.694	88.767.272
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		106.336.694	88.767.272
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		148.792.308	131.332.861
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Sub-total		148.792.308	131.332.861
Passivo corrente			
Fornecedores		4.774.841	4.236.217
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		336.127	255.144
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos		56.611.494	89.131.019
Outras contas a pagar		1.983.211	2.636.625
Diferimentos			
Outros passivos financ. detidos para negoc.		17.048.848	15.677.868
Sub-total		80.754.521	111.936.874
Total do passivo		229.546.829	243.269.735
Total do capital próprio e do passivo		335.883.523	332.037.007



ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2016
Vendas e serviços prestados		9.629.387	11.331.352
Subsídios à exploração		31.353	20.000
Ganhos/Perdas imputados de sub., associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimento e serviços externos		-2.293.156	-3.200.669
Gastos com o pessoal		-7.197.069	-6.919.411
Imparidade de inventários (Perdas/Reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (Perdas/Reversões)			
Provisões (Aumentos/Reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos/Reduções de justo de valor		-4.742.407	1.479.248
Outros rendimentos e ganhos		2.141.893	2.090.076
Outros gastos e perdas		-230.000	-10.000
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2.659.999	4.790.596
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-13.364.643	-13.703.564
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16.024.643	-8.912.967
Juros e rendimentos similares obtidos		10.000	25.350
Juros e rendimentos similares suportados		-6.548.448	-7.019.911
Resultado antes de impostos		-22.563.091	-15.907.528
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-22.563.091	-15.907.528



ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		10.084.190	11.607.254
Pagamentos a fornecedores		-2.561.426	-3.600.167
Pagamentos ao pessoal		-7.197.069	-6.871.611
Caixa gerada pelas operações		325.695	1.135.476
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-220.000	-367.579
Outros recebimentos/pagamentos		-760.000	60.000
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-654.305	827.897
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-10.851.130	-3.485.826
Ativos intangíveis		-74.548	-40.000
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		5.548.853	2.500.000
Juros e rendimentos similares		500	25.350
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-5.376.325	-1.000.476
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		22.198.368	29.111.778
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-10.369.290	-21.944.288
Juros e gastos similares		-6.548.448	-7.019.911
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		5.280.630	147.579
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-750.000	-25.000
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		817.136	67.136
Caixa e seus equivalentes no fim do período		67.136	42.136



ANEXO V – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

DESCRIÇÃO	2015	2016	VAR. (%)
TUP - Navio	810.313	1.274.054	36,41%
TUP - Carga Geral	58.933	72.170	18,34%
Arm. Contentores	111.940	137.083	18,34%
Diversos Serviços	208.030	254.757	18,34%
Amarração/Desamarração	486.941	596.317	18,34%
Serviço de Reboques	537.600	658.355	18,34%
Serviço de Lancha	9.170	11.230	18,34%
Serviço Pilotagem	734.319	899.260	18,34%
S.Báscula - Pesagem	9.451	11.574	18,34%
Forn. Mão-de-Obra	84.305	103.241	18,34%
Serviço de Guindagem	10.288	12.599	18,34%
Fornecimento Água	157.708	193.132	18,34%
Forn.Energia Elétrica	85.445	104.638	18,34%
F.En. Elet. Content	9.115	11.163	18,35%
Estacionamento Navio	19.885	24.352	18,34%
Concessões e Aluguer	1.400.492	1.254.098	- 11,67%
TUP - Granéis Sólidos	406.258	492.449	17,50%
TUP - Graneis Líquid	206.876	253.344	18,34%
TUP - Contentores	2.510.599	3.074.526	18,34%
TUP Veículos	295.169	361.469	18,34%
TUP - Outros (BAL)	378	463	18,36%
Tráfego de Passageiros	1.087.412	1.331.664	18,34%
Fundeadoiro de Navio	15.777	19.321	18,34%
Fornecimentos Diversos (Resíduos, ISPS)	372.983	456.761	18,34%
Subsídios à Exploração	31.353	20.000	- 56,77%
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	9.660.740	11.628.020	16,92%

ANEXO VI – GASTOS

DESCRIÇÃO	2015	2016	VAR. (%)
Compras Mercadorias			
FSE - Eletricidade	204.918	186.885	-8,80%
FSE - Gasóleo	229.700	283.500	23,42%
FSE - Gasolina	2.000	2.500	25,00%
FSE - Água	254.910	342.857	34,50%
FSE - Outros Fluidos			
FSE - Ferramentas UD	27.713	33.328	20,26%
Livros e Documentos Técnicos	2.746	2.746	
Material Escritório	19.456	19.456	
Artigos para Oferta	82	4.918	5.899,96%
Rendas e Alugueres	8.689	8.689	0,01%
Despesas de Representação	2.500	2.500	
Comunicações	65.212	59.016	- 9,50%
FSE - Seguros	71.020	120.000	68,97%
Transporte Mercadorias	6.434	5.418	- 15,80%
Deslocações e Estadia	33.900	41.400	22,12%
Honorários	27.336	27.336	
Vistorias			
Contencioso Notariado	12.295	8.197	- 33,33%
Conservação e Reparação	537.650	955.391	77,70%
Publicidade e Propaganda	96.795	98.672	1,94%
Limpeza e Higiene	212.762	255.057	19,88%
Vigilância e Segurança	147.541	393.443	166,67%
Trabalhos Especializados	271.941	286.885	5,50%
Outros FSE	57.556	62.475	8,55%
OS - Vencimentos	157.442	157.442	
OS - Outras Remunerações	14.400	32.160	123,33%
P - Remunerações	3.308.004	3.186.595	- 3,67%
P - Subsídio de Férias/Natal	583.940	557.712	- 4,49%
P - IHT/CTSDF	773.966	718.984	- 7,10%
P - Subsídio de Turno	135.000	117.000	- 13,33%
P - Ajudas de Custo	27.100	30.000	10,70%
P - Subsídio de Alimentação	306.833	302.136	- 1,53%
P - Horas Extras/Subsídio Prevenção/Compensação	195.500	185.469	- 5,13%
P - Subsídio Insularidade Porto Santo	50.481	50.520	0,08%
P - Subsídio Falhas, Patrulha e Chefia Pilotagem	5.400	5.400	
P - Outras Remunerações	94.166	59.006	- 37,34%
Pensões	11.944		
Enc. Remunerações	1.327.903	1.347.767	1,50%
Seguro Acidentes Trabalho	139.690	103.920	- 25,61%
Custos ação Social	17.500	17.500	
Outros Custos Pessoal	47.800	47.800	
Amortizações do Exercício	13.364.643	13.703.564	2,54%
Juros e Gastos Similares	6.768.448	7.019.911	3,72%
Outros Gastos e Perdas	230.000	10.000	- 95,65%
GASTOS TOTAIS DA APRAM, S. A.	29.853.316	30.853.555	3,35%